

O plural do diverso: conversas sobre a dignidade humana, de José Ricardo Menacho

[MENACHO, José Ricardo. O plural do diverso: conversas sobre a dignidade humana. Barueri: Novo Século Editora, 2015, 158p.]

Luciana Stephani Silva locca¹

O debate sobre os direitos humanos, os desafios e perspectivas para sua implementação, constitui sempre um tema contemporâneo, diante do incessante processo de construção e reconstrução dos direitos. Neste contexto, a compreensão da dignidade humana, como critério e parâmetro de valoração do direito, prescinde de problematizações sobre a diversidade, o modo como ela é absorvida ou rejeitada, compreendendo o ser humano como ser de múltiplas identidades, tendo a alteridade como pressuposto ético que confere dignidade e sentido aos espaços sociais e as relações neles estabelecidas.

A partir de inquietações e vivências, encaminhando questões de contexto humanístico e social, a obra Plural do Diverso, de José Ricardo Menacho, professor do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná, propõe uma crítica sobre como identidade e diferença são demarcadas socialmente dentro do discurso liberal da tolerância, contribuindo para as desigualdades sociais e como

1 Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente no curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso - Unemat. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS.

as perspectivas culturais ainda são uma barreira à implementação da Constituição de 1988, como marco jurídico dos direitos humanos em âmbito nacional.

O plural do diverso traduz a compreensão de que somos seres multifacetários, diferentes e ao mesmo tempo únicos em nossa diversidade, havendo, portanto, várias formas de abordagem dos direitos humanos, todas igualmente significativas.

Nessa conjuntura, o livro é composto de trinta crônicas que abarcam discussões de diversas temáticas ligadas aos direitos humanos, visando problematizá-los em seus diferentes aspectos político, social, cultural, econômico e ambiental. A obra não apresenta regras rígidas quanto à divisão temática, tampouco se preocupa em trazer uma conclusão, cada crônica encerra em si uma discussão e suscita novos debates e reflexões. A linguagem utilizada pelo autor valoriza locuções simples, por vezes lúdica e poética, propondo reflexões em linguagem acessível e inteligível, entendendo que a dignidade humana “é tema que precisa ganhar as ruas, as escolas, as repartições públicas e privadas, enfim, os mais diversos espaços de convivência e realizações humanas.” (p.13).

Tendo como eixo central a dignidade da pessoa humana, encaminha questões sobre as diferentes dimensões dos direitos humanos, a participação política e processo eleitoral; educação e ensino jurídico; justiça social e solidariedade; direito do trabalho, flexibilização e terceirização; maioria penal e criminalização; tolerância e respeito; preconceitos e o papel da mulher em sociedade.

A participação política (bem dizer não participação ou precária participação) é abordada como resultante da incompreensão de sua função social, da ausência de consciência política e cidadã que contribui diretamente com a perpetuação das desigualdades sociais. A (in)compreensão do papel político reflete diretamente nas relações de trabalho, onde a subsunção material e formal do trabalhador é uma realidade reforçada na dinâmica da terceirização que coloca os direitos e garantias fundamentais do trabalhador à serviço do mercado.

Quatro crônicas são dedicadas à questão da mulher, da permanência, ora velada, ora escancarada, da subalternização de seu papel so-

cial, reforçada pela superficialidade do distorcido discurso de “igualdade já conquistada” que tenta afirmar o esvaziamento da luta por efetiva igualdade. Neste viés, a mulher, é compreendida como um ser que existe para si e não para o outro e que ainda tenta compreender seus espaços na medida em que luta para conquistá-los, numa dialética biológica, cultural e social.

A obra também encaminha discussões sobre o papel desempenhado pelo docente na academia, suscitando questionamentos sobre os conhecimentos que são produzidos e o fim a que se destinam. Qual o papel social assumido pelo docente neste processo? Retoma-se a discussão sobre a importância do papel da Universidade como espaço de disputa, a busca por um ensino jurídico crítico diante do que o autor denomina de “fenômeno da conceitualização do ensino jurídico.” (pg. 84).

Em sua análise da atual conjuntura nacional o autor identifica violações aos direitos humanos que se incorporam e se exteriorizam naturalizadas nas relações sociais, tornando seu enfrentamento um desafio que perpassa pela desconstrução e enfrentamento de concepções estabilizadas. Neste contexto, as diferentes crônicas se complementam, pois compreender as desigualdades sociais como um construído é descaracterizar sua naturalização, e este processo perpassa pelo enfrentamento das fontes produtoras dessas desigualdades sociais (relações de trabalho, posição social, gênero, orientação sexual, etnias), que negam ao outro sua condição de sujeito de direito.

A obra, ao colocar a dignidade humana como tema central, a compreende dentro da concepção de pluralidade, do reconhecimento da diversidade dentro do espaço social e do necessário diálogo sobre ela, sem que isso resulte numa absorção ou em consenso. Para tanto, se coloca como pressuposto a desconstrução do “politicamente correto”, do “homem de bem”, revelando pluralidades que pugnam por reconhecimento e espaços livres de expressão, num diálogo verdadeiramente democrático, onde as diferenças são produzidas, reconhecidas e valorizadas como expressão de uma sociedade justa, onde moralidade e bons costumes sejam substituídos por liberdade, a partir do enfrentamento das reafirmações simbólicas, escancaradas ou silenciosa, da intolerância e do preconceito.

Problematizar essas questões é assumir-se como cidadão que não busca direito dentro da individualidade egoísta, mas sim, assume todos os direitos fundamentais como causas sociais verdadeiramente coletivas, se reconhecendo nas lutas LGBT, feminista, racial, étnicas, independente de orientação sexual, gênero ou de posição numa categoria discursiva de subalternização do outro, contra o racismo, o sexismo, a xenofobia, a homofobia, ou qualquer outra forma de intolerância, para o reconhecimento e valorização do diverso, conferindo dignidade às relações intersubjetivas, tendo a alteridade como pressuposto ético.

Neste sentido, o direito não está posto somente para ser apreendido, compreendido, mas também para ser contestado, para desconstrução de paradigmas e para construção crítica de novas perspectivas, num processo de apropriação e ressignificação dos espaços e das nomeações.

Assim, a obra tem por objetivo discutir questões ligadas à dignidade humana, a partir de relatos de experiências e da análise de situações cotidianas, onde as violações sistemáticas dos direitos humanos acontecem, onde a invisibilidade é reforçada e a subalternização é legitimada e perpetuada. O autor propõe-se ao diálogo sobre os direitos humanos de forma leve sem deixar de ser profundo e, sem que se exijam leituras prévias para ser compreendida, a obra se torna acessível para além dos muros científicos, assumindo a participação de todos neste debate necessário.